

**HABEAS CORPUS Nº 534.053 - GO (2019/0279116-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : MARCIO ANDRE ALVES FRANCISCO MARQUES**  
**ADVOGADO : MARCIO ANDRE ALVES FRANCISCO MARQUES -**  
**GO048731**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : ALMIR DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ALMIR DOS SANTOS JUNIOR, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Goiás que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 71):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXTREMA.

1. A prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentada na necessidade de se garantir a ordem pública, à luz dos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, sendo as medidas cautelares alternativas, no presente caso, inadequadas e insuficientes. EXTENSÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO AO CORREU. SITUAÇÃO FÁTICO PROCESSUAL DIVERSA.

2. O paciente não se encontra na mesma situação fático processual do correu beneficiado com a concessão da liberdade provisória, sendo inviável a aplicação do dispositivo previsto no artigo 580 do Código de Processo Penal. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

O paciente responde pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva, sob o argumento de que não existem motivos que justifiquem a segregação cautelar da paciente, considerando, ainda, que é possível a aplicação de medidas alternativas ou a extensão da revogação concedida ao correu.

Nesse sentido, requer a concessão do *habeas corpus* para revogar a custódia ou impor cautelares diversas.

Indeferida liminar e prestadas as informações, o Ministério Público manifestou-se pela denegação.

Na origem, processo n. 201900832350, há audiência designada para o dia 30/1/2020, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva está assim fundamentada (fls. 35/36):

[...]. Conforme se infere dos depoimentos colhidos no auto de prisão em flagrante e dos laudos preliminares de constatação de substâncias entorpecentes, foi encontrada na pousada de propriedade de um dos autuados porções de substância semelhante a "maconha", bem como uma pistola, um simulacro de pistola e 31 munições. **Na casa dos funcionários também foi localizada grande porção de substância semelhante a maconha.**

**Desse modo, face a existência de fortes indícios de que os autuados são traficantes de drogas, é de rigor converter a prisão em flagrante em preventiva, não sendo adequada a concessão de liberdade provisória ou de outra medida cautelar, pois há indícios suficientes tanto da materialidade delituosa quanto da autoria delitiva.**

Com efeito, tratam-se de delitos graves, cuja pena máxima excede, muito, 4 anos de reclusão, de modo que está previsto o pressuposto exigido pelo artigo 313 do Código de Processo Penal. Além disso, as circunstâncias do delito, indicando em princípio a traficância, tornam a custódia cautelar imprescindível para a garantia da ordem pública, já que a soltura dos autuados geraria um grande sentimento de impunidade na tranqüila comunidade local, tão amedrontada pelo tráfico de entorpecentes, que vem crescendo nesta região.

Além disso, o tráfico vem dando causa a diversos outros delitos nesta cidade, provocando constante sensação de insegurança. **Tais fatos evidenciam que a colocação dos autuados em liberdade certamente implicaria em reflexos negativos na vida dos cidadãos desta cidade**, propiciando àqueles que tomam conhecimento da eventual soltura dos réus um forte sentimento de impunidade e de insegurança.

Saliente-se que o conceito de ordem pública visa não só prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas acautelar o meio social. O tráfico é um excelente exemplo de crime em que se mostra necessária a prisão, visando amenizar os reflexos sociais da conduta do agente perante a sociedade, que tanto sofre com a prática de tal delito, o qual vem se alastrando como um mal social e causador de tantos outros crimes, como é notório nesta comarca. [...]

Importante registrar que a prisão preventiva, quando decretada para assegurar a ordem pública, não viola o princípio do estado inocência porquanto em contrapartida aos interesses constitucionalmente assegurados os autuados existem outros igualmente relevantes e tutelados pela Constituição da República, como a segurança pública, que, diante do conflito concreto de vários deve exercer preponderância sobre aquele primeiro princípio.

Além dos motivos expostos acima, é pertinente a custódia dos flagrante Heraldo Raimundo Pinto Pamplona Júnior e Almir dos Santos Júnior, para a garantia da

ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

Os fundamentos acima expostos deixam evidenciada a inexorável necessidade de acautelar-se a ordem pública nesta cidade, não sendo caso de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão contempladas no art. 319 do Código de Processo Penal, pois se revelam inadequadas e insuficientes ao presente caso. [...]

Como já adiantado no exame da liminar, a prisão preventiva encontra-se fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, com referências às circunstâncias do crime, em razão da quantidade de entorpecente apreendida, 75g de maconha (fl. 53), cuja propriedade é atribuída ao paciente.

Ocorre que a quantidade de droga apreendida com o agente não se mostra especialmente relevante, sendo certo, ainda, que a arma e as munições encontradas estão ligadas apenas ao corrêu, que, inclusive, teve a prisão revogada, sendo, posteriormente, denunciado pela prática do crime tipificado no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003 (fl. 53).

Nesse contexto, entendo ser suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, para evitar a reiteração criminosa, sendo as seguintes: (a) apresentação a cada 2 meses, para verificar a manutenção da inexistência de riscos ao processo e à sociedade; (b) proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, vinculando o acusado ao processo; e (c) proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico e outras atividades criminosas, como garantia à instrução e proteção contra à reiteração criminosa; tudo isso sem prejuízo de eventual fixação de outras medidas cautelares pelo Juízo de origem, desde que devidamente fundamentadas, além da decretação da prisão, com fundamento exclusivo em fatos novos.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente ALMIR DOS SANTOS JUNIOR, a fim de determinar o cumprimento da medida cautelar de apresentação a cada 2 meses, proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, e proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas; o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator